

JÚLIA RIBEIRO JUNQUEIRA

**A INDEPENDÊNCIA COMO MITO FUNDADOR NAS
CEMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO: A FORMAÇÃO DE UMA
HISTÓRIA-MEMÓRIA NO *JORNAL DO COMMERCIO* EM 1922**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Mariana, 2008

JÚLIA RIBEIRO JUNQUEIRA

**A INDEPENDÊNCIA COMO MITO FUNDADOR NAS
COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO: A FORMAÇÃO DE UMA
HISTÓRIA-MEMÓRIA NO *JORNAL DO COMMERCIO* EM 1922**

Monografia apresentada ao
Curso de História da
Universidade Federal de Ouro
Preto como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de
Bacharel em História.
Orientador: Prof. Dr. Valdeir
Lopes de Araujo

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Mariana, 2008

Índice

Agradecimentos.....	IV
Resumo.....	VI
Lista de Quadros.....	VIII
Introdução.....	09
1. A República e os novos desafios para a formação da nação	
1.1 A Formação política da República.....	21
1.2 Representações da nação: em busca de legitimidade.....	30
1.3 Vida Intelectual na República.....	37
2. A Edição comemorativa.....	41
3. O ano de 1922	
3.1 As comemorações do centenário.....	52
3.2 A história-memória no <i>Jornal do Commercio</i>	57
4. Conclusão.....	61
5. Fontes e Referências Bibliográficas.....	64

Agradecimentos

São muitas as pessoas que contribuíram para mais essa conquista. Espero que nesse momento não me faltem palavras para demonstrar todo o meu agradecimento para com aqueles que estiveram presente durante o percurso da minha graduação.

Agradeço, primeiramente, à minha família. Sempre ao meu lado, procurando me orientar nessas trilhas difíceis da vida. Papai e mamãe, obrigada pelos ensinamentos, pelas renúncias com objetivo de oferecer-me uma boa formação. Aos meus irmãos, Antero e Ana por toda compreensão.

Ao Fernando, mais que um companheiro, um amigo que permaneceu presente desde o primeiro período da faculdade e me ensinou muito sobre História e como a vida poderia ser mais bela. Obrigada pelo carinho!

Ao meu orientador, o professor Dr. Valdei Lopes de Araujo, pelo estímulo a essa pesquisa que hoje colhe bons frutos. Pela paciência e crítica nas leituras e correções textuais. Por seus comentários instigantes que proporcionaram a construção do meu conhecimento historiográfico.

Não poderia sobreviver aos percalços de Mariana sem meus queridos amigos e amigas do ICHS/UFOP. Especialmente, agradeço a turma de História 2003/2 por alegrar o meu dia-a-dia. Denise por suas palavras sábias e por suas críticas aos meus textos acadêmicos; Camila e Débora pela alegria contagiante;

Amanda — sempre disposta a resolver meus problemas burocráticos e ao Eric que com seu silêncio me acalmava. Ensinaram-me como a amizade pode deixar saudades... Por fim, agradeço aos professores e funcionários do Instituto, importantes colaboradores para minha formação como historiadora. Obrigada!

Resumo

As comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922, constituíram um momento ímpar para os intelectuais, os republicanos e a elite letrada. Como novos construtores da nação, esses grupos, através da imprensa, divulgaram idéias, muitas vezes com estilos divergentes, que objetivavam imprimir uma coesão social ao país. Os periódicos funcionaram como veículos facilitadores de certa propaganda que buscava colocar a nação brasileira nos padrões modernos e implantar uma unidade a um território extenso e heterogêneo. Nessa perspectiva analisamos, particularmente, o *Jornal do Commercio* em sua edição comemorativa do centenário da Independência no bloco de recorte temporal entre os anos 1822 a 1831. O trabalho consiste em averiguar os interesses que o periódico demonstrava ao tentar realizar os *annaes* da História do Brasil. Nesse sentido, procurou-se evidenciar que através das notícias formatou-se a nação enquanto objeto de experiência capaz de interferir na memória-histórica nacional.

Abstract

The hundredth anniversary of the Brazilian Independence, commemorated in 1922, was a very special event for the members of the intellectual elite. As the country builders they spread ideas through the press meaning social cohesion among people from the whole nation. The newspapers started to advertise modern ideas developing a strong sense of identity among a huge and heterogeneous population. Concerning this perspective we analysed the *Jornal do Commercio* between 1822 and 1831, years of Brazilian Independence commemorative edition. This work consists of searching the newspaper's interests when it tried to make the *annals* of Brazilian History. This perspective constitutes the nation as the object of experience that interferes in the national historical memory.

Lista de Quadros

Quadro 1: Relação das categorias e percentagem de suas publicações entre os anos de 1822 a 1831.....	43
Quadro 2: Relação das subcategorias e percentagem de suas publicações entre os anos de 1822 a 1831.....	44
Quadro 3: Relação dos temas publicados entre os anos de 1823 a 1824.....	45
Quadro 4: Relação dos temas mais publicados entre os anos de 1822 a 1831.....	47

INTRODUÇÃO

O século XIX no Brasil foi marcado por movimentações políticas que mudaram os rumos a serem traçados nesse país. No ano de 1822 ocorreram a Independência do Brasil e a criação do Império. No decorrer dos oitocentos e, posteriormente, no início do século XX, políticos e intelectuais perceberam a importância de constituir uma identidade nacional para uma nação que traçava novos caminhos. Como define Lúcia Lippi Oliveira, “[...] a identidade tem uma dimensão interna em que se acentuam os traços de similaridade e, ao mesmo tempo, uma dimensão externa, que define uma diferença em relação ao outro”.¹ Foi através da criação de certas instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que alguns intelectuais iniciaram as suas reflexões em torno da construção/legitimação da idéia do que viria a ser a nação brasileira. O Instituto foi criado em 1838, final do período regencial, por um grupo de políticos e intelectuais da corte do Rio de Janeiro, liderado pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Essa

¹OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 11.

academia pretendia metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da História do Brasil. Como afirmava Cunha Barbosa: “[...] a academia, recém-criada, deveria chamar para si o encargo de escrever uma história nacional única e coerente”.²

O conceito moderno de Estado-nação surge em fins do século XVIII, com a emergência na luta política e social dos povos europeus e que marcaram igualmente a história do Novo Mundo. A idéia de nação visava proporcionar sentimentos de identidade a uma população que vivia ou que se originou em um mesmo território. A consciência nacional se apresenta intimamente interligada com o processo de construção desse Estado.³ Entretanto, nem sempre a consciência precede a nação, qual fator vem antes ou depois depende de outros aspectos, como a própria formação do Estado. Quando temos “[...] unidades políticas claras, sistemática e orgulhosamente diferenciadas entre si pela “cultura”, todas lutando, com bastante sucesso, por impor internamente a homogeneidade cultural e ligando a soberania à cultura [...]” temos o Estado nacional.⁴

² BARBOSA, Januário da Cunha. apud. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de sua magestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, 156(388): 459-613, jul./set. 1995. p. 507.

³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. p. 14.

⁴GELLNER, Ernest. “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107.

Guardadas as devidas proporções, projeto semelhante ao do IHGB seria formulado pelo *Jornal do Commercio* em 1922. O periódico foi fundado pelo francês Pierre Plancher em 1º de outubro de 1827. Quando morava em Paris foi editor de Voltaire de Benjamin Constant dentre outros influentes intelectuais de seu tempo. Veio para o Brasil devido às perseguições que sofria por suas tendências liberais na época da Restauração, no governo de Luís XVIII. Ao abrir sua oficina no território brasileiro, Pierre Plancher trouxe modernos equipamentos e alguns operários especializados. Fundou dois jornais, o primeiro, que antecede o *Jornal do Commercio*, foi o denominado *Spectador Brasileiro*, que circulou até o dia 23 de maio de 1827. Com a mudança do regime na França — queda de Carlos X e a volta da liberdade de imprensa, Pierre Plancher retornou a Paris.

O periódico teve como sucessores na sua direção os franceses Junius Villeneuve, Francisco Picot e Julio de Villeneuve que mantiveram o importante diário até 1890. Durante esse período colaboraram Justiniano José da Rocha, José Maria da Silva Paranhos, Carlos de Laet, Francisco Octaviano, José de Alencar, Homem de Mello, Joaquim Nabuco e outros intelectuais. O próprio D. Pedro II escrevia sob pseudônimo no jornal e influenciava em seus editoriais. A partir de 1890 o jornal passou a ser dirigido por José Carlos Rodrigues que, quando jovem, fora correspondente do mesmo nos Estados Unidos. Circulava com três edições — matutina, vespertina e uma paulista. Dentre os novos colaboradores estava Rui Barbosa, que publicou as famosas Cartas da Inglaterra sob o caso Dreyfus, e

outros, como José Veríssimo, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Junior e Afonso Celso. Rodrigues ainda mantinha correspondência com Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco. O Comendador Antonio Pereira Botelho sucede a Rodrigues, mas fica pouco tempo na direção do periódico. O Chefe de redação, Félix Pacheco, já em 1923 assume como diretor e proprietário do jornal. No decorrer dos anos, o periódico passou a se comprometer com notícias acerca dos mercados de capitais e, até os dias atuais, publica reportagens sobre a vida dos estabelecimentos comerciais, das fábricas, dos bancos, dos estaleiros e do movimento de exportação.⁵

Esse trabalho se embasa em algumas obras que concedem o aparato metodológico e o quadro teórico viável para o percurso desse projeto. Enfatizamos as principais contribuições historiográficas que contemplaram os estudos da formação do Estado-nação⁶ e seus desdobramentos para o século XX e XXI. Também, os desafios de uma consciência historiográfica em compreender o passado, presente e futuro e sua ligação com as tradições inventadas.⁷

⁵ Para ter um conhecimento sumário da história do Jornal do Commercio, ver o site <http://www.jornaldocomercio.com.br/>. Acesso: 10/10/2007.

⁶ Ver ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989. O autor elucida a proliferação dos Estados-nação, dedicando-se a explorar o nacionalismo como movimento político, o sentimento de nacionalidade e sobre as relações entre a consciência nacional e o socialismo no Terceiro Mundo. Ver Também BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). Op. Cit.

⁷ Vale ressaltar os trabalhos de HARTOG, François. In ___. *Regimes d'historicité*. Paris: Éditions du Seuil, 2003. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. nº10. 1993. E o estudo sobre tradição inventada de HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

José Murilo de Carvalho, estudioso do período republicano, no significativo trabalho *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*,⁸ elucida de que forma a criação dos símbolos republicanos atingia o imaginário popular. Assim, o autor esboça a formação da identidade coletiva do país, demonstrando como o emprego de símbolos representa um artifício para fortalecer o nacionalismo e a nação.

A palavra nacionalismo passou a ser bastante aplicada em fins do século XIX. Tanto esse termo quanto os novos significados da palavra nação, segundo Angela de Castro Gomes, vinculam-se à chamada emergência da moderna sociedade de massas.⁹ Contudo, como definir o que seria uma nação? De acordo com Benedict Anderson, “[...] a nação é uma comunidade política imaginada — imaginada como implicitamente limitada e soberana”.¹⁰ Por que imaginada? Todos os membros de uma nação nunca conhecerão a maioria de seus compatriotas. Limitada, pois há fronteiras definidas e finitas; e soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o iluminismo e a revolução destruíram a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. Isso elucida que, embora os membros de um determinado território não se conhecessem, eles eram capazes de pensar como uma comunidade em função da articulação de

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 18.

¹⁰ ANDERSON, Benedict. Op. Cit. p. 14.

determinados símbolos nacionais e de um tipo de narrativa, a narrativa do romance, que produzia a sensação de simultaneidade.

Mas se houve uma criação da identidade, em que se baseou? Eric Hobsbawn ajuda a responder essa pergunta em sua obra *A Invenção das Tradições*¹¹:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.¹²

A História entra como legitimadora das ações dessa tradição inventada. Essas ações podem se constituir de lembranças que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais. Podem estar ligadas à legitimação de instituições ou inseridas no aspecto de socialização, com sistemas de valores e padrões de comportamento.¹³ No caso, o que se destaca nessas tradições, basicamente, vincula-se à dimensão nacional, porém essa invenção “deve ser entendida em seu outro sentido: é uma recombinação inédita de elementos já existentes”.¹⁴

Inventar tradições constitui um dos artifícios utilizados pelas sociedades modernas, a partir da memória-histórica, para estabelecer mitos de fundação de seus Estados nacionais. No século XIX inicia-se, especialmente pela

¹¹ HOBSBAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In.: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). Op. Cit.

¹² Idem. *Ibidem*. p. 09.

¹³ Idem. *Ibidem*. p. 17.

¹⁴ SMITH, Anthony D. “O nacionalismo e os historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). Op. Cit. p. 202.

historiografia francesa, a produção dos mitos de origem. “[...] Durante um século, uma verdadeira sobreposição de consciência nacional e discurso historiográfico constituíam a base da função que parecia natural ao historiador: a missão patriótica, em que ele era meio sacerdote, meio soldado”.¹⁵ No caso do Brasil, para alguns homens das letras, como os membros do IHGB, o mito de origem seria a Independência, momento que marcaria a fundação da nossa nacionalidade:

A centralidade assumida pela história natural só seria transformada com a emergência do programa das histórias modernas. Sabemos que no Brasil esse programa se constituiu ao longo do segundo quartel do século XIX, tendo como seu espaço privilegiado, mas não único, o IHGB. [...] Homens como Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos e José Feliciano Fernandes Pinheiro participaram ativamente das lutas pela Independência brasileira e mantiveram uma preocupação constante em produzir uma história do Brasil a partir do evento fundador da nova nacionalidade.¹⁶

A memória-histórica substitui, para essas sociedades, a memória baseada na oralidade, ou seja, nos ritos e lendas, na vivência, na tradição e na produção de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Contudo os homens modernos não utilizam mais a memória verdadeira.¹⁷ Devido à aceleração do tempo, eles têm a necessidade da história, “[...] é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado”.¹⁸ Por isso, a memória-histórica permanece associada a essas identidades inventadas que apresentam uma enorme necessidade do registro e, assim, da escrita, de forma a construir uma linearidade capaz de

¹⁵ DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 11.

¹⁶ ARAUJO, Valdeir L; MEDEIROS, Bruno F. “A história de Minas como história do Brasil”. *Revista do APM*. Ano XLIII, (1): 24-37, jan./jun. 2007. p. 25.

¹⁷ Nesse caso, denomino memória verdadeira como memória baseada na oralidade.

¹⁸ NORA, Pierre. Op. Cit. p. 08. Sobre o conceito de aceleração do tempo, ver trabalho de KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

domar a descontinuidade do tempo. Tal fenômeno é tratado por François Dosse ao estudar como a História francesa relacionou História e Memória:

O contexto da construção do Estado monárquico vai influenciar muito a produção histórica. Toda uma memória coletiva constrói-se então em torno de uma vontade política, a dos reformadores do Estado. A função do historiador oficializa-se, a memória faz-se história, um processo de recuperação em torno do esquema nacional. [...] A História fica estreitamente ligada à obra de construção de um Estado-nação.¹⁹

Por isso, de acordo com François Hartog, as temporalidades passado, presente e futuro merecem certa atenção. Essas categorias temporais auxiliam a compreender a memória, o presente e o passado em um novo regime de historicidade:

[...]Un regime d'historicité n'a d'ailleurs jamais été une entité métaphysique, descendue du ciel e de portée universelle. Il n'est que l'expression d'un ordre dominant du temps. Tissé de différents regimes de temporalité, il est, pour finir, une façon de traduire et d'ordonner des expériences du temps – des manières d'articuler passe, présent et futur – et de leur donner sens.²⁰

Os conceitos de identidade, nação e memória vinculados a esse trabalho, inserem-se a um documento específico: um jornal. Esse, que na data de sua publicação, vivenciava um ano glorificado, que para os brasileiros foi o correlato histórico do ano da Independência.²¹

Esse breve contexto deve nos permitir vislumbrar a importância da fonte e dos problemas que pretendemos examinar nessa monografia, ou seja, a formação de uma memória-histórica nas páginas do *Jornal do Commercio* em 1922. Os

¹⁹ DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Edusc, 2003. p. 265.

²⁰ HARTOG, François. Op. Cit. p. 118.

²¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: da escola palatina ao silogeu (1889-1938)*. Rio de Janeiro, 1999. p. 169.

objetivos dessa pesquisa são: primeiro, analisar especificamente o — *Jornal do Commercio* — em sua edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, em 1922, e dessa forma, elucidar quais os interesses que o periódico demonstrava ao tentar realizar os *annaes* da História do Brasil. Segundo, verificar se através das notícias formatou-se a nação enquanto objeto de experiência capaz de interferir na memória-histórica nacional. Esses objetivos se inserem no recorte temporal entre os anos de 1822 a 1831.

O *Jornal do Commercio* (1922) afirmou que através da leitura de suas notícias, o leitor conheceria a História do Brasil e a própria construção do que viria a ser nos séculos XIX e XX o Estado nacional brasileiro. No início do século XX houve uma grande preocupação por parte de alguns homens das letras e intelectuais em buscar delinear a reconstrução de uma identidade para a nação. Visto isso, pretendemos demonstrar que o *Jornal do Commercio* esboçou uma identidade nacional por meio da apresentação selecionada de suas notícias históricas.

A principal fonte primária utilizada constitui um texto de natureza jornalística, logo o método de investigação aplicado a esse tipo de produção comporta procedimentos específicos no processo analítico. Por serem as notícias bastante diversificadas, foi necessária a construção de um banco de dados. O quadro a seguir exemplifica essa proposta:

ANO	DATA ORIGINAL	TÍTULO	TIPO 1	TIPO 2	NOME 1	NOME 2	AUTOR	PÁGINA
			Política	Externa				
				Interna				
			Economia					
			Cultura	Música				
				Literatura				
				História				
				Artes em geral				
				Ciências				
				Naturais				
				Ciências da				
				Vida				
			Religião	Imprensa				
			Biografia					
			Vida cotidiana					

O campo “ANO”, refere-se ao ano da notícia, já o “DATA ORIGINAL”, ao período em que ela foi realmente publicada no periódico. Portanto, a notícia pode ter sido publicada em 15/10/1850, mas se o assunto remete à Independência do Brasil, foi selecionada para integrar o bloco do ano de 1822. O “TÍTULO” diz respeito ao assunto da publicação. A coluna “TIPO 1” constata quais tipos de notícias prevaleceram no jornal, sendo a coluna “TIPO 2” uma especificação das categorias citadas na coluna “TIPO 1”. Os campos “NOME 1” e “NOME 2” mostram os nomes pessoais que mais sobressaíram na notícia. O campo “AUTOR” identifica os autores das reportagens. Esse procedimento metodológico permite obter uma visão quantitativa e qualitativa dos aspectos trabalhados pelo jornal. As outras fontes primárias utilizadas foram: *Correio da Manhã* (1920) e a revista — *A Exposição de 1922* (1922-1923), nas quais as análises focalizaram os assuntos sobre as comemorações do centenário. O

exemplar comemorativo do *Jornal do Commercio* contém 470 páginas divididas entre notícias, propagandas, fotos da família real portuguesa e de outras figuras de renome, como: José Bonifácio e Epiácio da Silva Pessoa. O periódico dividiu seu rico arquivo de notícias em blocos de datas: 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841 a 1850, 1851 a 1860, 1861 a 1870, 1871 a 1880 e 1881 a 1890. Ressalta-se que a partir do ano de 1841, o jornal dividiu os blocos em uma década.

A importância desse estudo decorre do debate sobre a questão da formação da consciência nacional iniciada no século XIX e que permanece nos meados do século XX. O periódico *Jornal do Commercio* evidenciou em sua edição de 1922, uma memória-histórica capaz de sintetizar a história do Brasil para a construção de uma nova identidade nacional. Nesse período são muitos os interessados em propor mudanças para o país devido ao novo regime: a República. O papel da imprensa, nesse momento, terá uma singularidade notória, devido sua colaboração para a criação das representações da História do Brasil. Funcionando como um veículo legitimador da imagem que intelectuais e grupos dominantes buscavam delinear com a chegada das comemorações do centenário da Independência. Procuramos, dessa forma, retomar questões importantes para a historiografia, como as que dizem respeito à formação do Estado nacional brasileiro e à interferência da imprensa na configuração de padrões culturais e de identidade, focando o problema da releitura da tradição. No início do século XX

houve um maior engajamento da intelectualidade nas questões nacionais, contribuindo para a definição de uma memória-histórica oficial e, portanto, o que se deveria lembrar e o que se deveria esquecer.

1. A REPÚBLICA E OS NOVOS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DA NAÇÃO

[...] O mundo transformara-se, modernizara-se e o velho regime estava pelas leis da natureza, ou da ciência [...] fadado a ser substituído pelo novo, à República.²²

1.1 A formação política da república

Na segunda metade do século XIX, já eram nítidas as transformações no cenário político do Brasil Império. A cidade do Rio de Janeiro, capital econômica, política e cultural do país, sentiu singularmente essas modificações. Iniciaram com as resoluções do fim do tráfico negreiro em 1850, demonstrando que a idéia progressista originária das sociedades americana e européia disseminava-se no território brasileiro. As instituições monárquicas com seus antigos moldes de poder não se enquadravam no novo processo econômico, político e social, apresentado com as mudanças do final dos oitocentos. A alteração no cenário político do país seria uma consequência da própria evolução dos acontecimentos, como a abolição da escravatura, a questão militar, a divulgação de um

²² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 141.

pensamento moderno-progressista, em que a Monarquia ficava impossibilitada de acompanhá-los.

As mudanças políticas começaram com a implantação oficial, em 1870, do movimento republicanista no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, com a fundação de um Clube Republicano em 3 de novembro. Quintino Bocaiúva, jornalista e político, redigiu o manifesto dos republicanos, posteriormente publicado em 3 de dezembro. Nas folhas desse documento encontravam-se as propostas para uma República Federativa e críticas à monarquia. Acusavam-na pela escravidão, vislumbrando a possível abolição, a democracia e, conseqüentemente, a República. Segundo Renato Lessa, a idéia federalista já se veiculava na própria política do Segundo Reinado: “Joaquim Nabuco, em 1885, chega a apresentar à Câmara projeto de transformação da Monarquia unitária em federativa, na qual os governos provinciais seriam completamente independentes do poder central”.²³ Já em 1883, pela primeira vez, apareceram candidatos republicanos nas eleições gerais, mas esse avanço do republicanismo sofreria uma interrupção em 1885, quando pela dissolução das câmaras o governo conseguiu que nunca mais fossem eleitos candidatos republicanos até a queda da Monarquia. Esta já era vista como um símbolo envelhecido e gasto que precisava ser substituída por um símbolo novo, trazendo um futuro esperançoso — a República. É importante ressaltar que

²³ LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 16.

o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro foi fundado apenas em novembro de 1888, ou seja, às vésperas do fim do regime monárquico.²⁴ O movimento republicano fluminense percebeu na Abolição um terreno fértil para propagar suas idéias e iniciar seus trabalhos propagandistas.

Nesse mesmo cenário em que líderes republicanos se movimentavam para traçar mudanças políticas, uma nova geração de militares foi seduzida pelas propostas de uma república vinculada com idéias positivistas. Atraídos pelo pensamento que o progresso permanecia acoplado a ação de um Estado forte e intervencionista. Juntamente com os republicanos, o Exército se encarregou de dar o golpe, no dia 15 de novembro de 1889, e idealizou a República a ser implantada. Enquanto a burguesia se organizava para compor o quadro desse novo regime, no qual ocuparia um lugar hegemônico.²⁵ Alguns autores, como George Boehrer, argumentam que a implantação do novo regime se deu mais pelo motor progressista do que pelos anseios políticos republicanos — “[...] o papel deste(s) no cenário de 15 de novembro de 1889 não foi particularmente significativo”.²⁶

É um engano supor que o golpe de Estado de 15 de novembro de 1889 foi a materialização de um *projeto*, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana. Talvez seja mais prudente supor que a relevância da propaganda

²⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. p. 14.

²⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Op. Cit. p. 127.

²⁶ BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia a República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Tradução de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1954. p. 287.

republicana se deve, apenas, ao fato de que se proclamou uma república, que a reivindicou como memória [...].²⁷

Os militares arquitetaram uma República democrática conduzida pela ditadura nacionalista, vinculada ao modelo de governo de Floriano Peixoto. Também, como já foi dito anteriormente, foram influenciados pela filosofia positivista de Auguste Comte, exposta nos discursos de Benjamin Constant — “fundador da República”, que foi um dos militares mais populares. Lecionava na Escola do Rio, doutrinando seus alunos com forte inclinação dogmática e disciplinar.²⁸ Contudo, como afirma Maria de Lourdes Mônaco Janotti:

[...] Esse início (mandato dos militares) auspicioso foi traído pelos republicanos civis paulistas e mineiros que afastaram o país dos rumos revolucionários, entregando-o submisso aos grupos oligárquicos e ao imperialismo inglês.²⁹

Os grupos dominantes, o Exército, os líderes republicanos tinham percepções distintas sobre a República a ser implantada, devido aos próprios projetos que cada aliança queria alcançar com o novo regime. Destacam-se três correntes que disputavam à política: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo.³⁰ O jacobinismo planejava uma democracia clássica, na qual os cidadãos teriam participação direta como intermediários com o governo. Já o liberalismo assumia a utopia de compor uma sociedade de indivíduos autônomos, com interferência mínima do governo na vida dos cidadãos. A

²⁷ LESSA, Renato. Op. Cit. p. 15.

²⁸ BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 20.

²⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Op. Cit. p. 131.

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 09.

República era vislumbrada pelos positivistas como a “[...] futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada”.³¹ Não houve uma proposta política que se tornou hegemônica. As alianças adaptaram suas idéias conforme o caminho que o novo regime peregrinava.

Após o governo turbulento dos militares, as oligarquias assumiriam a liderança política nacional durante os anos de 1894 a 1930, elegendo presidentes civis. Semelhante aos primeiros anos republicanos, o período foi marcado por disputas políticas acirradas e por revoltas regionais, apontando que os projetos para a formação da nação ainda não se encontravam consolidados. Necessitava-se de ações e idéias mais fundamentadas para o sucesso nos planos de formatar uma unidade para o país e recriar a identidade brasileira.

Com a mudança do regime monárquico para a República, houve certas alterações na própria sociedade brasileira. De acordo com José Murilo de Carvalho:

[...] Alterou-se a população da capital em termos de número de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento na imigração estrangeira, especialmente portugueses [...].³²

³¹ Idem. *Ibidem*. p. 09.

³² CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados — o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 16.

As agitações permaneceram durante os primeiros anos republicanos, e provinham de diversas camadas sociais, como dos próprios militares, que se rebelavam constantemente em seus quartéis, regimentos e fortalezas. Havia insatisfações de operários, ferroviários, condutores de bondes e cocheiros que realizavam sucessivas paralisações na capital.³³ Tudo contribuía para um início turbulento para a nova instituição.

Os construtores do novo regime não se preocuparam em buscar uma força popular tanto para a implantação da República como para sua manutenção. É interessante notar certa reflexão, feita posteriormente, já na década de vinte do século passado, mas que apesar da distância temporal explicita a importância da participação do povo: “Nação alguma é construída por forças estranhas. É da capacidade ou incapacidade do seu povo que vai sair a sua fraqueza, ou a sua força, a sua importância, ou o seu prestígio”.³⁴ Não foi permitida à população sua integração com as transformações que ocorriam e, nesse sentido, ela ficou sujeita a ser espectadora e receptora das decisões tomadas pelos governantes.

Em certos segmentos da sociedade brasileira, a mudança do regime não acarretou uma alteração acentuada. Muitos aspectos ainda desmentiam àquela idéia progressista idealizada com a implantação da República. Faltavam os empreendimentos “civilizatórios” para adequar o país aos padrões norte-

³³ Idem. *Ibidem.* p. 23.

³⁴ LEÃO, A. Carneiro. “Os deveres das novas gerações brasileiras”. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. 3ªed. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1990. p. 15.

americanos e europeus que orientava as esperanças da elite letrada. O tema da civilização ainda permaneceria por muitos anos na cabeça dos intelectuais e daqueles que vislumbravam um futuro brilhante para o Brasil. Entretanto, os grupos dominantes não tiveram essas mesmas preocupações como prioridade em seus governos. O povo brasileiro necessitava ser inventado, formado, não somente nos aspectos político e econômico, mas principalmente em seu ambiente social. Como já afirmava Leão Carneiro no início do século XX — “[...] no nosso país precisamos de cultura, por toda a parte, e para tudo: cultura física, higiênica, profissional, mental, moral, social, política e cívica. Quem diz educação, diz formação, diz organização, diz adaptação”.³⁵ A educação destacava-se como uma das primeiras carências da população. Apesar da mudança institucional não houve transformações profundas no sistema escolar brasileiro. Para certo grupo de letrados era necessário modificar o quadro educacional, não somente por razões pedagógicas, para diminuir o número de analfabetos, mas principalmente porque através da instrução que se desenvolvem as bases das forças do futuro de um país.

[...] Num país, como o nosso, da extensão territorial, da multiplicidade de raças imigrantes, da dificuldade de comunicações, da diversidade de fortunas e de possibilidades do diversos estados, entre si, a educação que intensificar a unidade de cultura e a unidade de espírito será a mais apropriada à preparação da homogeneidade nacional e da grandeza do nosso futuro.³⁶

Faltavam procedimentos organizacionais como: número maior de partidos políticos, implantação do voto secreto, que a massa eleitoral tivesse

³⁵ Idem. *Ibidem.* p. 16.

³⁶ Idem. *Ibidem.* p. 20.

desprendimento na escolha dos dirigentes. Sem essas soluções, o Brasil continuaria nas mãos de poucos governantes, donos do país, que não se preocupavam com as questões sociais. Como confirma Jorge Nagle — “[...] é de todos sabido que o analfabetismo no Brasil oferece condições desoladoras, que a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria insignificante que fala, vota e determina”.³⁷ De acordo com José Murilo de Carvalho, a taxa de alfabetização no Brasil em 1920 era de 24,5%, sendo que apenas 10% da população constituía-se apta a votar.³⁸

O número de escolas existentes permaneceu insuficiente, normalmente sem edifícios próprios, sem mobílias e utensílios e com professores não comprometidos com a instrução.³⁹ O ensino primário ficava a cargo dos estados e municípios, muito desses, com poucas rendas não conseguiam exercer seus compromissos na manutenção das escolas. Foi somente a partir de 1915 que o Estado demonstrou uma relativa preocupação com a educação, anteriormente o descaso marcava o cenário do ensino brasileiro. Realizaram-se congressos e seminários para conhecer as demandas educacionais e uma tentativa de quantificar o número de escolas existentes. Apenas em 1920 criou-se a primeira universidade oficial brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, seguida da

³⁷ NAGLE, Jorge. “A educação na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. História Geral da Civilização Brasileira. tomo III, vol.2. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 263.

³⁸ CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 69-70. É importante ressaltar que naquele momento a Constituição excluía analfabetos, estrangeiros, menores de 21 anos e as mulheres do direito do voto.

³⁹ BASTOS, Tavares. apud. LEÃO, A. Carneiro. Op.Cit. p. 21.

Universidade de Minas Gerais, posteriormente em 1927. Os estadistas começaram a perceber como a instrução seria um excelente instrumento para combater um inimigo interno, a possível quebra de unidade. Para os próprios governantes a disseminação do ensino facilitaria a produção de uma maior dimensão de conformidade com os padrões de identidade brasileira e a desejável união de seus cidadãos. Como destacou Vicente Licínio Cardoso:

[...] Instruir é formar cidadãos, é sanear mentalmente, é fundamentar os laços da coletividade dentro da unidade da pátria. República só pode ser concebida como forma de governo de uma organização vitalmente democrática. Democracia pressupõe instrução difundida e dilatada. Instruir é, pois democratizar o homem e republicanizar as instituições políticas. Num meio inculto instruir é de fato governar sabiamente.⁴⁰

No ano da comemoração dos cem anos da Independência, em 1922, a disseminação da idéia da necessidade de uma identidade brasileira se fortalecia, não somente pelos motivos de festejar o centenário, mas também pela grave crise política vivenciada. Os conflitos nas eleições presidenciais realizadas em março deste ano constituíam apenas a ponta do iceberg. A não aceitação da vitória de Artur Bernardes, candidato oficial, na disputa com Nilo Peçanha, da Reação Republicana provocou um clima de agitação. Outros acontecimentos importantes ocorreriam naquele período, como a Revolta do Forte de Copacabana. Devido a esses episódios “[...] foi decretado estado de sítio, jornais de oposição foram fechados, jornalistas presos e deputados ameaçados de processo [...]”.⁴¹ Quando

⁴⁰ CARDOSO, Vicente Licínio. “Vultos e idéias”. Op. Cit. p. 294.

⁴¹ MOTTA, Marly Silva da. “*Ante-sala do paraíso*”, “*vale das luzes*”, “*bazar de maravilhas*” — *A Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. p. 13. (Trabalho apresentado no Seminário “Cenários de 1922”, promovido pelo CPDOC).

ocorrem rupturas estruturais ou mudanças conjunturais, a nação é levada a pensar-se de novo.⁴² O Estado percebeu que precisava conferir não apenas uma unidade política e territorial ao país, mas criar parâmetros de uma consciência nacional que legitimasse o novo regime. A busca de uma identificação coletiva para o país, de uma base para a formação da nação, também seria tarefa da geração intelectual da Primeira República (1889-1930). O próprio regime republicano utilizou-se da mobilização simbólica para produzir uma experiência capaz de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional.

1.2 Representações da nação: em busca de legitimidade

Com as revoluções americana e francesa apareceram os primeiros Estados nacionais, posteriormente, no século XIX, surgiram outros como foi o caso da Alemanha e da Itália. Após a Segunda Guerra Mundial, emergiram ulteriores devido aos processos de descolonização. Na criação desses Estados percebeu-se a importância na concepção da consciência nacional, esta seria fundamental para legitimar as funções estatais.

É bem possível que a própria consciência nacional, que se cristaliza em torno de uma ascendência, língua e história comuns, seja sobretudo um artifício. Não obstante, ela *projeta* a nação como uma entidade imaginada que é cultivada e que, em contraste com a

⁴² IANNI, Octavio. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 08.

ordem artificial da lei implementada, apresenta-se como um dado rotineiro que não requer outra justificativa senão sua simples existência.⁴³

A História exerce um papel significativo na cristalização da identidade nacional e o historiador desempenha o papel, por assim dizer, de enraizar o sentimento de nação na população. “A História é, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade”.⁴⁴ Uma história-memória constituía-se fundamental para o Estado legitimar suas ações e demarcar as bases de construção da consciência da nação. Como exemplos de uma história-memória têm-se as festas, os monumentos, o folclore, as datas nacionais, bandeiras, hinos — um patrimônio arquitetônico — que converge para a identificação do nacional pela população. Nesse sentido, a memória permanece usada como instrumento e objeto de poder. Mas o Estado necessita que o povo incorpore a memória nacional, veiculada tanto por historiadores como por intelectuais e grupos dominantes.⁴⁵

Para construir uma consciência nacional dever-se-ia conhecer a memória-histórica. Era necessário retornar ao passado e identificar os mitos de origem pátria, também tarefa para os construtores da nação, tornando-se essa assimilação, uma base de sustentação para a identidade coletiva. A questão fica bem exposta por Michael Pollak:

⁴³ HABERMAS, Jürgen. “Realizações e limites do Estado Nacional europeu”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). Op. Cit. p. 304.

⁴⁴ GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (1): 05-27, 1988. p. 14.

⁴⁵ Ver MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. p. 12.

[...] A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.⁴⁶

A República brasileira utilizou-se desses instrumentos da memória-histórica para a construção de um universo nacional, “capaz de organizar o espaço público num processo de constituição de identidade, implicando tanto a acentuação dos traços de semelhança e homogeneidade, como a diferenciação em relação ao outro”.⁴⁷ Com a concretização de símbolos, práticas, comportamentos e valores ancorados na vida social, os construtores da nação demarcavam os contornos da constituição da identidade nacional e os modelos que a legitimariam.

Os republicanos precisavam validar sua história. Contudo, havia anteriormente uma tradição imperial, como a comemoração do 7 de setembro que marca a conquista da liberdade, com o ato “heróico” de D. Pedro I. Os governantes careciam inventar instrumentos que correspondessem com uma nova identidade nacional. “E é no passado que se devem buscar as raízes dessa totalidade que identifica a sociedade e o indivíduo; é preciso combinar o novo com a volta às origens”.⁴⁸ O processo de construção de uma nação republicana

⁴⁶ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (3): 03-15, 1989. p. 09.

⁴⁷ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Op. Cit. p. 02.

⁴⁸ Idem. *Ibidem*. p. 13.

demandava a identificação dos símbolos nacionais-republicanos que marcariam uma nova consciência nacional. Nesse sentido, foram criados heróis como Tiradentes, símbolos como a bandeira, o hino nacional e o calendário cívico, possibilitando uma invenção de tradição para a República. Os positivistas destacaram-se nessa tarefa: detentores de uma metodologia “científica” conduziram um intenso trabalho de reconstrução da memória pátria, procurando situar o novo regime na nacionalidade. Iniciaram os trabalhos com a constituição de um mito de origem, buscando no passado, a legitimação desse governo.

[...] O ideal republicano teria sido uma presença constante ao longo da história brasileira, começando pelo Quilombo dos Palmares e pela Guerra dos Mascates, passando pela Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana, Farrapos e Balaiada, para finalmente concretizar-se em 1889, como a culminância de uma longa luta.⁴⁹

É importante esclarecer que os republicanos usaram positivamente certas memórias da Monarquia para estabelecer sua própria lembrança. D. Pedro I identificava-se como uma parte da história que não merecia lugar na memória da República. Contudo, a figura de José Bonifácio — o Patriarca da Independência — foi resgatada como sendo do homem brasileiro, cientista, favorável ao fim da escravidão, que almejava a ordem e representaria a síntese das correntes que construíram a nação brasileira. A unanimidade era geral em torno do papel que o ex-ministro teria representado na Independência:

[...] Bonifácio, liberal e conservador ao mesmo tempo, possuiria uma ‘coerente’ visão dos objetivos nacionais de longo prazo. Representante ‘único’ de uma tendência que buscara implantar uma política calcada em ‘leis científicas’, rejeitando o ‘idealismo’

⁴⁹ Idem. *Ibidem*. p. 13.

liberal que acabara vingando na primeira Constituição republicana, defensor da ordem e da centralização política, o patriarca agradava, especialmente, àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país [...].⁵⁰

Realizou-se uma modificação na própria comemoração do dia 7 de setembro, a partir do ano de 1925, em que para aproximar essa festa com a República e romper a identificação entre Independência e Monarquia, os republicanos celebram a data com paradas militares.

Para criar o imaginário republicanista, alguns propagandistas como jacobinos e positivistas, se utilizaram da simbologia da Revolução Francesa como empréstimo alegórico para a construção da identidade do novo regime. Como exemplos, têm-se o uso da *Marselhesa*, hino oficial francês, e da alegoria feminina da República, que de acordo com José Murilo de Carvalho, era usado até mesmo antes da proclamação.⁵¹ A personagem representava idealmente a humanidade para os artistas positivistas. Havia ainda dois significantes símbolos: a bandeira e o hino. O primeiro, após alguns embates terminou com a vitória dos positivistas, mas incorporando elementos da tradição imperial. A frase “Ordem e Progresso” remetia aos ideais de Comte, mas as cores verde-amarelo permaneciam. No caso do hino, conservou-se o antigo, foi um triunfo para os tradicionalistas. Apesar da tentativa do novo regime de elaborar uma música própria, manteve-se o velho hino monárquico de Francisco Manuel, que

⁵⁰ Idem. *Ibidem*. p. 22.

⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Op. Cit. p. 13.

posteriormente sofreria uma mudança na letra, uma nova foi escrita por Osório Duque Estrada e apresentada em 1922. Os republicanos não tinham hino próprio e cantavam a *Marselhesa*, pois ela era vista como o hino dos revolucionários de todos os países. Destacam-se, também, a figura dos heróis como símbolos poderosos, pontos de referência da identidade coletiva, bastante usados por estadistas para legitimar o regime político. O autor José Murilo de Carvalho expressa como seria configurado o comportamento do herói, para ser um panteão cívico:

[...] Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado [...].⁵²

Os principais participantes do movimento do 15 de novembro foram candidatos a heróis do novo regime. Disputavam o cargo simbólico, Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Entretanto, estes pretendentes ao posto não apresentavam as características exatas daquela corporificação de um panteão cívico da nação. Encontraram na figura de Tiradentes as exigências para atender a mitificação do herói. Na visão dos construtores da nacionalidade, a Inconfidência Mineira, teria sido um dos acontecimentos que provavam que o ideal republicano já era acalentado pela sociedade brasileira desde então. O dia 21 de abril, a partir de 1890, foi declarado feriado nacional juntamente com o 15 de novembro.

⁵² Idem. *Ibidem*. p. 55.

Mas os republicanos esbarravam sempre na memória monarquista ao tentar impor sua própria lembrança. Como foi o acontecimento do dia 21 de abril de 1923, conflito iniciado pelos membros do Clube Tiradentes, que cobriram com tapumes a estátua do Imperador D. Pedro I. O desfecho dessa confusão terminou com a interferência do prefeito do Distrito Federal, Barata Ribeiro, que manteve a estátua do Imperador no mesmo local, contudo, a praça onde se localizava a escultura recebeu o nome de Praça Tiradentes. O papel desempenhado pelos monumentos, que compõem os bens culturais associados ao passado, que estabelecem a ligação passado, presente, futuro, teve grande importância para os construtores da nacionalidade no momento de legitimar seu regime. Interessante é perceber que essa questão já fazia parte das preocupações de D. Pedro I:

[...] o Imperador, por Portaria de 9 de abril declarou resolver que “não obstante as razões expostas, seja aquela memória inaugurada no próprio sítio do Piranga, em que foi proclamada a Independência Política do Império, e onde por isso as gerações futuras devem celebrar a lembrança de tão extraordinário e feliz acontecimento.”⁵³

Imagina-se como todo o aparelho simbólico chegava ao seu principal destino: no imaginário da população? Os construtores da nação se utilizavam, principalmente, da imprensa, da educação e a oralidade como esferas de atuação do intelectual e do político para propagarem suas idéias.⁵⁴ Os intelectuais se destacavam, através dos pensamentos e da escrita, para legitimar a memória

⁵³ *Jornal do Commercio*. Op. Cit. p. 44.

⁵⁴ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Op. Cit. p. 29.

republicana. Contribuíram acentuadamente para a recriação de uma identidade brasileira.

1.3 Vida Intelectual na República

Comemorar o centenário da Independência atingiu alguns setores da sociedade brasileira. Dentre esses, a intelectualidade, que a partir da década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920 preocupou-se cada vez mais com o tema nacional. Havia um interesse em desvendar a identidade da nação. A nossa origem, como estava o nosso presente e o que seria nosso futuro, pois a aceleração do tempo implicava em um amanhã cada vez mais incerto, de acordo com Reinhart Koselleck:

[...] o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é porque um mundo técnica e industrialmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim a alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida [...].⁵⁵

“Esta geração intelectual se comprometia em criar a nação, forjar a identidade nacional e construir o Brasil moderno”.⁵⁶ Os intelectuais, especialistas da dimensão simbólica, desempenharam um papel fundamental no delineamento de um perfil para a nação capaz de lhe garantir identidade própria. Demarcando o próprio território e as suas fronteiras, definindo as imagens dos amigos e

⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 16.

⁵⁶ MOTTA, Marly Silva da. Op. Cit. p. 18.

inimigos, rivais e aliados; para conservar e modelar as lembranças do passado. Por fim, projetar sobre o futuro, temores e esperanças; exprimindo e impondo certas crenças comuns para plantar os modelos formadores.⁵⁷ Necessitava-se colocar o Brasil nos padrões modernos da época, principalmente devido ao fim da Primeira Guerra Mundial.

Em cada época marcante da sua história, a sociedade brasileira tem sido levada a pensar-se novamente. É como se ela se debruçasse sobre si mesma: curiosa, inquieta, atônita, imaginosa. Não só se formulam novas interpretações como se renovam as anteriores. Podem mesmo recriar-se idéias antigas, parecendo novas.⁵⁸

Para sistematizar a construção de um Brasil moderno, os pensamentos convergiam em dois lados. Da tradição, ligada ao caráter conservador, foi marcada pelo apelo aos valores da natureza e do campo. Repudiava-se a idéia vanguardista modernista que visava uma vida urbana, litorânea, cosmopolita e liberal. Atraíam tanto os intelectuais da reação católica, Jackson de Figueiredo e Tristão de Ataíde, como os “verde-amarelos”, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, ou ainda Oliveira Vianna e Monteiro Lobato, membros de uma elite agrária em crise. Privilegiaram o espaço e a geografia como elementos definidores do Brasil, identificando, assim, a ligação entre nacionalismo e território.

Do outro lado constituíam os adeptos das idéias vanguardistas européias que rompiam com os valores clássicos, com a finalidade de recolocar o país em um cenário urbano, industrial e moderno. Intelectuais modernistas como Mário de

⁵⁷ Idem. *Ibidem*. p. 04.

⁵⁸ IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 07.

Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, enxergavam que a cidade, centro dinâmico na vida nacional, era o palco para onde deveriam convergir as luzes da nova identidade. De acordo com Marly Motta, para os vanguardistas:

[...] A incorporação à ordem moderna, compreendida como urbana e industrial, precisava se afastar do ‘nacionalismo carro-de-boi, com Jeca “maginando”, canto de cambaxirra e regato sussurrante... Não era nas matas ou no sertão que se encontraria o tipo representativo de nacionalidade [...].⁵⁹

Contudo, ambas correntes buscavam dar uma originalidade para a nação. A geração intelectual naquele momento partilhava a idéia da necessidade da construção de uma sociedade moderna para o país, mas isso dependeria da reconstrução da nação brasileira. Com estilos divergentes, os pensamentos propostos pelas correntes se tornaram referências constantes em programas de governo. Foram esses construtores intelectualizados como:

“[...] Oliveira Vianna, Mário de Andrade, Monteiro Lobato que estabeleceram estilos de pensamento, e, principalmente, tornaram-se marcos obrigatórios de reflexão e ação para aqueles que insistiram e ainda insistem em desvendar a questão nacional”.⁶⁰

A produção literária do raiar dos anos republicanos configurou-se de fundamental importância para a formação de uma consciência nacional. Para o início da República, têm-se as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto que exemplificam tanto as tensões históricas do período como as próprias questões culturais.⁶¹ Lima Barreto tinha preocupações sociais, questionamentos políticos e

⁵⁹ MOTTA, Marly Silva da. *1922: em busca da cabeça do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994. (Trabalho apresentado no Seminário “70 anos da Coluna Prestes: 1924-94”, promovido pelo IFCS/UFRJ, 1994). p. 07.

⁶⁰ Idem. *Ibidem*. p. 08.

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 23.

os expressava em suas obras. Segundo João Almino, o escritor “[...] esteve atento à discriminação racial, criticou os vícios da política, da burocracia, da imprensa e algumas ideologias vigentes”.⁶² Lima Barreto, em uma passagem do livro *Os Bruzundangas*, escreveu sobre as transformações ocorridas na capital do país: “de uma hora para outra, a antiga cidade (Rio de Janeiro) desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na “cousa” muito de cenografia”.⁶³ A vida intelectual ultrapassava os limites acadêmicos, a própria elite estava preocupada em modernizar o país:

A produção intelectual do período não foi estritamente acadêmica. Podemos falar, antes, numa elite letrada comprometida com o esforço de conscientizar o país de seus ‘reais’ problemas e orientá-lo na busca das soluções. O veículo usado para o encaminhamento dessas propostas tampouco se limitou aos livros; a imprensa foi a via privilegiada de comunicação com o público leitor. Através de editoriais, ensaios e crônicas, em jornais e revistas, puderam esses intelectuais exercer a missão a que se julgavam predestinados: salvar o país.⁶⁴

O centenário da Independência viria constituir uma oportunidade ímpar para a intelectualidade, os republicanos, enfim todo o grupo de construtores da nação que configurou na sociedade os símbolos, as alegorias, as identidades que vinham sendo recriadas. Estabelecendo novas matrizes da consciência nacional brasileira.

⁶² ALMINO, João. “De Machado a Clarice: a força da literatura”. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 56.

⁶³ BARRETO, Lima. apud. SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. p. 25.

⁶⁴ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Op. Cit. p. 18.

2. A EDIÇÃO COMEMORATIVA

[...] é com justo orgulho que se pode dizer que as coleções da folha do jornal constituem os grandes *annales* da nacionalidade. No Brasil não haveria fonte mais abundante de informações.⁶⁵

As festividades do centenário marcaram um novo momento na década de 1920. Intelectuais, através da imprensa, iniciaram a busca pelas origens e a avaliação do papel das figuras históricas, ao julgar o passado colonial e as realizações republicanas. As comemorações dos cem anos da Independência suscitaram debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando de forma, especialmente urgente, o dilema da salvação nacional. A intenção da intelectualidade e grupos dominantes era reconstruir uma identidade para o país. Alocar o Brasil nos padrões modernos do progresso.

A imprensa constituiu-se o veículo que proporcionou a divulgação das idéias, pensamentos, símbolos, mitos, rituais que operaram como mecanismos facilitadores na constituição da consciência nacional. O *Jornal do Commercio* foi um desses instrumentos que teve a intenção de expor ao seu leitor uma história-memória que ele julgava ser o correlato da História do Brasil.

⁶⁵ Editorial do *Jornal do Commercio*. Op. Cit. p. 04-05.

As palavras, na epígrafe desse capítulo, proferidas pelo editorial do *Jornal do Commercio* demonstram as intenções do periódico ao editar um número comemorativo ao centenário da Independência. De acordo com o jornal, o leitor ao ler as coleções das notícias conheceria a História do Brasil.

A imprensa apresentava diariamente notícias, fatos políticos, sociais, econômicos, culturais e muitos outros. Naturalmente, ao final de cada publicação, o leitor tem a perspectiva sobre a História dos acontecimentos noticiados. Ao se pensar ao longo do tempo, o jornal consegue, através de suas publicações regulares, oferecer um panorama substancial daqueles eventos importantes. O historiador ou qualquer pessoa interessada no estudo da ação humana ao longo do tempo, através concomitantemente do estudo dos processos e dos eventos ocorridos no passado, tem a oportunidade de usufruir da imprensa como fonte para seus trabalhos. O *Jornal do Commercio* percebeu a enorme fonte documental que se encontrava a sua disposição para fazer uma edição comemorativa do centenário da Independência. Ao relatar os remotos fatos desde 1822 não selecionou apenas os acontecimentos consideráveis, mas também os personagens ilustres da História que ele optou em escrever. A citação é um pouco longa, mas apreciável para entender, resumidamente, com as palavras do próprio periódico, o porquê do jornal como documento:

Assim, pareceu ao *Jornal do Commercio* que a melhor forma de comemorar a data do primeiro centenário da nossa independência política seria a que pôs em prática e que este número especial atesta e realiza: — o aproveitamento do próprio material que guarda. Poderíamos reconstituir a história com esses e outros documentos, mas, tendo o *Jornal*

cabedal de tal ordem, seria contraproducente ir buscar em outros lugares o que não falta nas suas coleções. [...] Se não é possível escrever a história do Brasil sem consultar as coleções do *Jornal do Commercio*, não caberia a nós escrever história senão fazendo uma seleção do que nos parece mais apropriado para reconstituir o século de vida independente do país que hoje confirma as alegres esperanças de seus grandes fundadores.⁶⁶

Com as análises dessa fonte documental, durante o período de 1822 a 1831, foi possível identificar que o *Jornal do Commercio* (edição comemorativa) selecionou para republicar, majoritariamente, assuntos sobre política. Foram constatadas, também, publicações sobre economia, cultura, religião, vida cotidiana, mas sobressaíram as publicações políticas com destaque para a política interna. Ressalta-se que até mesmo as notícias sobre política externa, em sua grande maioria, constituíam-se assuntos que convergiam para os temas tratados na política interna. Os quadros a seguir demonstram a proporção das publicações:

Quadro 1⁶⁷

Relação das categorias e percentagem de suas publicações entre os anos de 1822 a 1831

CATEGORIAS	PUBLICAÇÕES
Política	67,06%
Cultura	15,87%
Vida Cotidiana	9,0%
Economia	7,58%
Religião	0,47%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

⁶⁶ *Ibidem*. p. 05.

⁶⁷ Foram analisadas entre os anos de 1822 a 1831 422 notícias.

Quadro 2⁶⁸

Relação das subcategorias e percentagem de suas publicações entre os anos de 1822 a 1831

SUBCATEGORIAS	PUBLICAÇÕES
Política Interna	74,03%
Cultura: Artes em geral	30,15%
Política Externa	25,96%
Cultura: História	22,22%
Cultura: Imprensa	19,04%
Cultura: Literatura	14,28%
Cultura: Ciências da Vida	9,52%
Cultura: Ciências Naturais	4,76%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

A política ganhou destaque nas notícias do jornal. As publicações referentes a esse assunto eram em grande parte ligadas a questões de política interna, destacando os seguintes temas: política governamental (Constituições, reformas ministeriais, assembléias) e revoltas regionais (ver Quadro 3). As informações noticiadas revelam o interesse de D. Pedro I e alguns de seus ministros em formatar uma unidade para o país e demarcarem o território nacional.

⁶⁸ É importante esclarecer que no banco de dados construído para o procedimento analítico, todos os campos das categorias foram preenchidos. Contudo, os campos das subcategorias não foram preenchidos na sua totalidade, pois algumas notícias não corresponderam aos requisitos desse campo. Também houve notícias que completaram no mesmo campo duas subcategorias.

Quadro 3

Relação dos temas publicados entre os anos de 1823 a 1824

TEMAS	PUBLICAÇÕES (números aproximados)
Política governamental	44,0%
Revoltas	38,66%
Vida Cotidiana	4,0%
Artes	4,0%
Imprensa	2,66%
Economia	1,33%
Literatura	1,33%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

Predominaram nos anos de 1823 e 1824 as notícias relativas à construção de um projeto de Constituição para o país. No ano de 1823, o projeto ficou estagnado, devido à própria dissolução da Assembléia Constituinte por D. Pedro I. Mais tarde, no ano de 1824 a elaboração da Constituição volta a ficar em primeiro plano nas decisões do Imperador. A notícia foi assim exposta pelo *Jornal do Commercio* em 1854:

Há trinta anos, no dia 25 de Março de 1824, o Sr. D. Pedro I jurou e mandou publicar a constituição que nos rege [...]. A Constituição era uma necessidade, era aspiração política do momento; fosse ela feita aqui ou ali, em Portugal ou na Espanha, por comissários competentes ou não, pouco importava: o que se queria é que o país tivesse quanto antes as garantias constitucionais, um governo próprio e representação popular.⁶⁹

Tanto para D. Pedro I como para seus ministros e deputados, a Constituição e a manutenção de um controle sobre grupos revoltosos traduziam a importância de

⁶⁹ *Jornal do Commercio*. Op. Cit. p. 30. Notícia publicada originalmente em 26 de março de 1854.

estabelecer um poder simbólico de unidade para os membros da nação. No caso da Constituição, esta manifestaria leis, direitos e deveres em comum no território nacional. Este precisava ser demarcado o tempo todo, pois o país enfrentava focos de tensões em diferentes regiões. Como foi o caso da Cisplatina e de Pernambuco que reivindicavam autonomia.

[...] Certos movimentos, revoltas e revoluções, ocorridos em distintos lugares e épocas, expressam algumas das disparidades sobre as quais se procurou e procura construir a nação. As diversas constituições revelam isso muito claramente [...]. Desde a Constituição de 1824, o manto imperial destinava-se a criar a ilusão de um Estado nacional em um país cuja sociedade civil estava dispersa na geografia e história [...].⁷⁰

Os temas sobre política governamental e revoltas continuaram a predominar nas notícias durante o período dos nove anos analisados. (ver Tabela 4). Os principais personagens que ficaram em evidência no decorrer das publicações foram: D. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva, Marquês de Barbacena, General Cochrane. Estes nomes tiveram uma constância e predomínio acentuado durante os anos de 1822 a 1831, circulando entre os temas das notícias mais publicados.

⁷⁰ IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 160-162

Quadro 4⁷¹

Relação dos temas mais publicados entre os anos de 1822 a 1831

TEMAS	PUBLICAÇÕES
Política governamental	144
Revoltas	83
Vida Cotidiana	29
Política (Segurança, Planejamento e Saúde)	27
Economia	22
Imprensa	18
Política Externa	18
Artes	15

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

Alguns personagens tiveram um destaque secundário, mas as notícias nas quais eles aparecem fazem parte do projeto de unidade para o território nacional. As notícias são referentes a intervenções de D. Pedro I em algumas províncias que se encontravam agitadas e não acatavam as ordens imperiais, até mesmo revelando-se revoltosas. O Imperador viu a necessidade de representar o poder do Império nessas localidades. Como se configurou o caso de sua ida a Bahia devido algumas inquietações por aquela província. D. Pedro I faz uma declaração aos fluminenses sobre sua partida em visita a Bahia, explicando sua ausência por um tempo da capital do Império:

Se um pai tem obrigação de prover às necessidades de seus filhos, quanto maior não será o dever de um soberano para com seus súditos? Se eu tenho estado entre vós pelo tempo

⁷¹ Nesse quadro estão os temas que tiveram um número relativamente expressivo nas publicações. Dessa forma, foram 356 notícias com esses temas mais relevantes, sendo que as outras 66, os assuntos foram bastante diversos não atingindo pelo menos um número igual ou superior a dez publicações.

de 18 anos, não terão os bahianos o direito de me possuir entre si, pelo diminuto espaço de um mês? São verdades incontestáveis, e eles são merecedores de uma tal honra. Vós mui bem o conheceis, e ninguém poderá duvidar da necessidade desta minha deliberação, que além de política, é de justiça. Saudoso de vós me aparto e vos recomendo sossego.⁷²

D. Pedro I teve sérios desgastes políticos em relação à região da Cisplatina como informa o jornal. Nos anos de 1825 a 1828, a disputa com Buenos Aires pelo território uruguaio fica mais acirrada.

[...] a desagradável notícia de ter-se ultimamente manifestado na Província Cisplatina uma insurreição movida por muitos súditos do governo de Buenos Aires, que seduzindo os povos desacomodados e reunindo-se ao pérfido e rebelde Fructuoso Rivera tem dado princípio a hostilidades contra o Império do Brasil [...].⁷³

No mesmo ano de 1825 o Congresso de Flórida declararia a Independência da Cisplatina sob o protetorado das Províncias Unidas. O que provocou uma interferência do exército do Rio Grande para o bloqueio na região e a própria viagem do Imperador para o sul em 1826 para examinar a situação. Devido a problemas pessoais, o falecimento da Imperatriz Leopoldina, D. Pedro I retorna as pressas para o Rio de Janeiro. Posteriormente em 1828, já com o Tratado preliminar de Paz, o Brasil sentiria as desastrosas conseqüências da guerra para o país, como nos informa a notícia do *Jornal do Commercio*:

[...] Eis o resultado da inglória campanha do sul: o Brasil perdia parte de seu território, além de cerca de 50 mil contos improficuamente despendidos e oito mil vidas para sempre desaparecidas; a República via desbaratadas as suas finanças, quase aniquilando o seu comércio e de novo surgir o espírito de cutilhagem que, por tanto tempo, teria de maltratá-la [...].⁷⁴

⁷² *Jornal do Commercio*. Op. Cit. p. 49. Notícia publicada oficialmente em 1º de fevereiro de 1826.

⁷³ *Ibidem*. p. 42.

⁷⁴ *Ibidem*. p. 64.

Alguns temas tratados pelo periódico não tiveram uma assiduidade nas notícias e nem ganharam tanto destaque como as questões da Guerra na Cisplatina ou as mudanças ministeriais. Mas em alguns momentos, apesar de secundários, foram publicados no periódico e são importantes para averiguar o valor que esses assuntos assumiam no jornal. Como exemplo, uma matéria sobre educação primária, tema mencionado bem superficialmente na edição.

[...] Com efeito, desde 1823 eram criadas, aqui nas províncias, escolas primárias de acordo com o método mútuo, ou sistema de Lancaster. Infelizmente, várias causas, entre outras a falta de pessoal habilitado e compêndios adequados, não permitiram por muitos anos que o ensino primário tivesse sombra de execução, vinda a caber a Couto Ferraz, em 1854, como veremos a glória de estabelecer realmente o ensino das primeiras letras em bases sérias e regulares [...].⁷⁵

Posteriormente outra notícia, em 1828, informaria sobre algumas providências que D. Pedro I toma em relação ao ensino superior. Como o lançamento do edital para concurso da Cadeira das Primeiras Letras e Gramática Latina na Vila de S. Pedro de Cantagalo. Houve também uma preocupação em começar definir estatisticamente o Brasil, como se publicou no jornal em 1829 — “[...] Hei por bem criar nesta corte uma comissão de Estatística Geográfica e Natural, Política e Civil, a Repartição de estatística”.⁷⁶

A partir de 1830 o periódico enfatizou os assuntos políticos do governo de D. Pedro I. As notícias iniciam com a exoneração do Marquês de Barbacena do Ministério da Fazenda. Segundo o jornal, esse ato provocou na opinião pública

⁷⁵ *Ibidem.* p. 44.

⁷⁶ *Ibidem.* p. 70. Fala do Imperador D. Pedro I.

certa antipatia ao Imperador, reconhecendo que o governante manifestava demasiadamente seu poder pessoal. Interessante é a resposta de Barbacena dada a D. Pedro I devido sua demissão. A réplica foi comentada pelo *Jornal do Commercio* que publicou a seguinte nota:

[...] Barbacena agradece ao primeiro Imperador do Brasil a sua magnanimidade, aconselha-o que não vá a Minas, porque lá podia ser recolhido a um hospício de doidos, e lhe anuncia a ruína de seu governo dentro de seis meses. A profecia se realizou.⁷⁷

O jornal destacou, também, as notícias que demonstravam insatisfações dos funcionários públicos, reclamando dos baixos salários. De acordo com o autor da publicação, a troca freqüente dos Ministérios juntamente com outros aspectos como a falta de reajuste salarial, constituíram um estopim para a abdicação do Imperador. No bloco do ano de 1831 o jornal faz uma apresentação geral. Esta manifesta a visão do periódico sobre o acontecimento do dia 07 de abril deste ano:

Com a abdicação do primeiro Imperador ficou, finalmente, resolvida àquela intolerável situação de contínuas desconfianças, de sérios e repetidos atritos, incompatibilidades e antagonismos, que, desde muitos anos, mil circunstâncias, as mais diversas, haviam criado e mantido entre governante e governados, entre a Nação e seu Chefe. Na verdade, extremamente difícil se tornara o entendimento entre estes dois poderes, ciosos ambos das suas prerrogativas, pouco dispostos às mútuas concessões. Era impossível, por mais tempo, a vida em comum; a separação se impunha, e ela se fez repentina e violentamente.⁷⁸

⁷⁷ *Ibidem.* p. 78.

⁷⁸ *Ibidem.* p. 86.

Após a abdicação de D. Pedro I do trono, foram feitas no Teatro dos Arcos apresentações em comemoração aos acontecimentos do dia 7 de abril e a aclamação de D. Pedro II que assumia o trono imperial.

No sábado, 7 do corrente (maio), dia em que perfazia um mês a nossa gloriosa revolução, os acionistas deste pequeno, mas elegante teatro, em aplauso a tão memorável acontecimento, determinaram dar uma representação extraordinária [...].⁷⁹

Como já afirmamos anteriormente, a maioria das informações publicadas pelo *Jornal do Commercio* nos anos de 1822 a 1831 constituíam-se assuntos políticos. Em uma análise bem superficial, pode-se justificar esse aspecto do volume amplo de notícias políticas, a partir do próprio período — marcado por mudanças desde 1822. Mas os objetivos dessa pesquisa buscam ir além das informações noticiadas e o que estas poderiam suscitar sobre o momento estudado. É importante lembrar que investigamos uma edição específica do periódico, um número comemorativo do centenário da Independência. Assim, torna-se importante fazer uma análise sobre o que representou o ano de 1822 para os intelectuais, a elite e os homens letrados que expressavam suas idéias e pensamentos na imprensa. A intenção do periódico convergia para a idéia de comemorar os cem anos de vida independente do país, escrevendo uma História do Brasil através de suas próprias coleções. Logo, qual seria a história-memória no *Jornal do Commercio*?

⁷⁹ *Ibidem.* p. 100.

3. O ANO DE 1922

Faltam apenas vinte e nove meses para que o Brasil festeje o 1º centenário da sua Independência [...].⁸⁰

3.1 As comemorações do centenário

A década de vinte do século passado era vista pela historiografia como apenas um processo de um acontecimento maior que culminaria no ano de 1930. Autores como, Marly Motta, argumentam sobre as mudanças que têm marcado novas abordagens sobre os anos vinte. Segundo a historiadora, temos que pensar na especificidade do período e não apenas como um simples antecedente da década de 30. Os anos de 1920 também teriam suas questões singulares para serem estudadas e exploradas.⁸¹ A sucessão presidencial em 1922, as propostas de reformas educacionais e a organização de um centro do pensamento católico, como foi centro Dom Vital, demonstram alguns exemplos de temas ainda pouco explorados, comparados aos assuntos tradicionais como a fundação do Partido Comunista (PCB), a Semana de Arte Moderna, o movimento Tenentista, dentre outros.

⁸⁰ Melhoramentos necessários. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24/04/1920.

⁸¹ MOTTA, Marly Silva da. *1922: em busca da cabeça do Brasil moderno*. Op. Cit. p. 01.

As comemorações do centenário da Independência também não faziam parte dos temas dos anos 20 mais pesquisados. De acordo com Marly Motta, a omissão das pesquisas em torno das celebrações se dava: “[...] pela suspeição que essas comemorações coletivas despertavam na comunidade dos historiadores. Tais celebrações, [...] encarnariam o artificialismo e o elitismo da ideologia dominante [...]”.⁸² Por mais que intelectuais, grupos influentes e homens letrados divergissem em relação aos caminhos a serem traçados para constituir uma nova identidade brasileira, havia um ponto em comum: a necessidade de discutir essas transformações com o intuito de construir um Brasil moderno, recriando a identificação nacional. Nesse sentido, percebemos que as comemorações não se reduziram apenas a uma data memorável,⁸³ conseguiram mobilizar uma parcela considerável da sociedade letrada.

Datas comemorativas como o 4 de julho nos Estados Unidos, o 14 de julho na França, e o 7 de setembro no Brasil seriam lugares de sacralização da nação e de identificação do nacional. A necessidade de festejar o 7 de setembro de 1922 demonstrava, assim, sua importância. Representava uma ponte significativa para os intelectuais recriarem uma identidade para o país. O Rio de Janeiro era o palco no qual as comemorações do centenário se apresentariam. Era necessário remodelar esse teatro, configurá-lo nos padrões da modernidade, pois o

⁸² Idem. *Ibidem*. p. 02.

⁸³ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Op. Cit. p. 05.

“personagem” que iria encenar a peça dos cem anos da Independência precisava mostrar para as outras nações como o progresso e a civilização já estavam presentes na vida dos brasileiros.

A capital do país permaneceu como alvo principal das transformações para as festividades dos 100 anos da Independência. Não houve somente mudanças em busca da representação de uma nova identidade para a nação. As alterações iniciaram com uma reforma urbana que modelasse uma estética de progresso para a cidade carioca. O periódico *Correio da Manhã* em 1920 publicou a seguinte notícia em relação às inovações no Rio de Janeiro:

O Rio de Janeiro faz, indiscutivelmente, enormíssima diferença do que era há vinte anos. As avenidas Beira Mar e Rio Branco, e o alargamento de várias ruas da parte central, são melhoramentos de assinalada importância [...].⁸⁴

Os reparos na cidade causaram sérias discussões. Como foi o caso da destruição do Morro do Castelo, repercutindo infindáveis debates na imprensa sobre seu arrasamento ou não. Para alguns intelectuais, o Castelo configurava um símbolo tradicional, para outros, um empecilho para a modernização da capital.

Longe de significar uma proposta unitária, afinada com os interesses e a visão de mundo da classe ‘dominante’, a derrubada do histórico morro exigiu um complexo processo de decisão. Situado bem no coração do Rio, berço histórico da fundação da cidade, o Castelo era reverenciado por abrigar as igrejas de São Sebastião do Castelo e de Santo Inácio. [...] Tudo isso colocava o ‘velho’ Castelo num lugar especialmente relevante na memória coletiva dos cariocas. Derrubá-lo não era derrubar um morro qualquer.⁸⁵

⁸⁴ Melhoramentos necessários. *Correio da Manhã*, 24/04/1920.

⁸⁵ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da Independência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. (Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1992). p. 05.

O final dessa disputa terminou com a vitória dos interesses modernistas. Carlos Sampaio com suas inúmeras reformas na capital do país, ordenou a demolição do Morro do Castelo em 17 de agosto de 1920. Sobre parte da área demolida do morro seriam construídos os pavilhões da Exposição Universal, acontecimento que marcaria o ano de 1922, não somente como evento das comemorações do centenário, mas a entrada do Brasil nos padrões modernos e civilizados.

Acha-se em estudos no Ministério da Agricultura um memorial apresentado pelo Sr. Ralph L. Cobham, representante no Brasil, de um grupo de capitalistas estrangeiros, referente à realização de uma Exposição Internacional de Comércio e Indústrias, para comemoração do centenário da nossa Independência política.⁸⁶

A Exposição Universal do Centenário inaugurou-se no dia 07 de setembro de 1922, como confirma a notícia da revista *A Exposição de 1922* — “a meia noite de 6 para 7 de setembro, foi o deslumbramento, a apoteose inicial das nossas festas comemorativas [...]”.⁸⁷ A Exposição dividia-se em pavilhões, representando cada nação participante. No caso do Brasil, as seções escolhidas para espelharem as imagens nacionais foram: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias

⁸⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/06/1920.

⁸⁷ *A Exposição de 1922*. Rio de Janeiro, (5) setembro, 1922.

diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e mar; e esportes.⁸⁸

A revista *A Exposição de 1922* foi lançada com a incumbência de divulgar e promover a Exposição Universal no Brasil. Pádua Resende escreveu as seguintes palavras no primeiro número da revista, lançado em julho de 1922:

Promovendo este certamen, teremos ocasião de apreciar o nosso progresso e o das nações amigas que a ele comparecerem, o que nos obriga à publicação de uma revista, na qual não só se encontre o repositório histórico destes últimos cem anos de atividade nacional, como se registre o que houvermos exposto ao público, e o que fizerem no mesmo sentido as nações amigas.⁸⁹

Chegava à hora de anunciar um novo país para as outras nações, e até mesmo, para os próprios cidadãos brasileiros. Foram muitos aqueles que contribuíram para a divulgação da nação moderna, tais como intelectuais, jornalistas, ensaístas, literatos, membros de uma elite letrada.⁹⁰ Com suas idéias e pensamentos, noticiados em jornais e revistas, seus leitores conheceriam novas Histórias do Brasil.

Foi com a proposta de divulgar uma História do Brasil que o *Jornal do Commercio*, no ano de 1922, decidiu lançar uma edição comemorativa. Com o

⁸⁸ Programa para a comemoração do 1º Centenário da Independência Política do Brasil. *A Exposição de 1922*. Rio de Janeiro, (1) julho, 1922.

⁸⁹ RESENDE, Pádua. A Exposição Nacional de 1922. *A Exposição de 1922*. Rio de Janeiro, (1) julho, 1922.

⁹⁰ MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale das luzes”, “bazar de maravilhas” — *A Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro — 1922)*. Op. Cit. p. 03.

início das festividades do centenário, estabeleceu-se o momento certo para fazer um resgate dos cem anos de vida independente da nação.

3.2 A história-memória no *Jornal do Commercio*

O discurso do periódico, na sua escrita da História brasileira nos anos de 1822 a 1831, demonstra que se criou uma história-memória vinculada as questões políticas.⁹¹ Os assuntos noticiados não se restringiram apenas a esses temas (ver Quadro 1), entretanto quando se informava sobre cultura, vida cotidiana ou economia, a maioria das notícias convergia para sua interligação com as medidas políticas tomadas pelo Imperador. Vale ressaltar que até as publicações com a temática artística e de lazer foram direcionadas para os eventos, nos quais D. Pedro I, sua esposa e filhos compareciam.

O aniversário do nascimento de S. M. Imperador e de sua gloriosa aclamação, é em cada ano a mais solene ocasião para o empresário do Teatro Imperial testemunhar ao Seu Augusto Protetor toda a sua gratidão, desenvolvendo a seus augustos olhos os recursos e pompas de um estabelecimento tão interessante. [...] S. M. I. chegou com sua Augusta Família ao teatro às 7 horas em ponto, sendo recebido com grandes aclamações [...].⁹²

A história do Estado foi a mais veiculada pelo jornal nas 422 publicações analisadas. Havia uma preocupação em narrar uma história, na qual as ações, as reações, vivências de D. Pedro I e suas decisões políticas, fosse o centro para o qual tudo convergia. Uma história-memória feita a partir de uma história nacional

⁹¹ O conceito de história-memória utilizado nesse trabalho refere-se as análises feitas por NORA, Pierre. Op. Cit., que compõe a primeira parte da obra *Les lieux de mémoire*.

⁹² *Jornal do Commercio*. Op. Cit. p. 66. Notícia publicada originalmente em 15 de outubro de 1828.

nos remete à escrita da história no século XIX. Hegel foi um dos pioneiros a questionar e se preocupar com a historiografia — palavra usada pela primeira vez por esse filósofo da história — e sua interlocução com o Estado. O novecentos marcou um período de intensa produção das histórias nacionais, exercendo influências relevantes para o estudo da escrita da história. A intenção vinculava-se a formatar uma história nacional que privilegiasse o Estado e os homens do Estado. Guardadas as devidas proporções, projeto semelhante realizou o *Jornal do Commercio* ao selecionar em suas antigas coleções, informações da política imperial. Uma história-memória iniciada com a Independência que convergia para a idéia de progresso constante e continuidade tanto na política como em outros setores: a educação, a nacionalidade, a busca pela unidade territorial. Criava-se uma imagem de evolução da nação e aperfeiçoamento das instituições, apesar dos contratemplos com revoltas regionais e intrigas políticas.

[...] História, memória, nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado [...].⁹³

O periódico realizou uma memória-histórica de forma a construir uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo. Construindo, assim, os referenciais temporais: a memória e o esquecimento para o passado, a busca da identidade para o presente e delineamento de um projeto para o futuro.

⁹³ NORA, Pierre. Op. Cit. p. 11.

[...] Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balisado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da idéia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história [...].⁹⁴

As temporalidades passado, presente e futuro modificaram-se ao longo da própria História. Segundo Reinhart Koselleck,⁹⁵ com a entrada do homem na Idade Moderna houve um processo de diferenciação entre a experiência e a expectativa do indivíduo, ou seja, o horizonte de expectativa sofre alterações com as transformações temporais, a partir da experiência vivida. No período da Idade Média a forma de relacionar-se com o passado convergia para uma experiência de formato modelar. Buscava a visualização da História como exemplo, com a finalidade de não incorrer nos mesmos erros que os antigos. O presente posicionava como o caminho antecedente para a entrada no plano espiritual divino, sendo essencial viver na conformidade com os preceitos religiosos. Já o futuro demonstrava-se previsível pela perspectiva da chegada do Juízo Final. Para o homem do tempo moderno, o passado perpetra períodos de experiência diferentes que não se vinculam a uma História como mestra da vida. Assim, o presente demanda uma intensidade de vivência singular, pois o futuro torna-se incerto. O tempo fica cada vez mais breve e ao mesmo tempo, o homem deve assimilar novas experiências em uma velocidade acentuada. Esse processo

⁹⁴ Idem. *Ibidem*. p. 19.

⁹⁵ Ver obra de KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit.

denomina-se como aceleração temporal, característica intrínseca a modernidade, no qual o futuro adquire um caráter desconhecido, proporcionando um aumento no horizonte de expectativa que ao mesmo tempo abrevia os campos da experiência.

O tempo que assim se acelera a si mesmo rouba ao presente a possibilidade de se experimentar como presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente, tornado impossível de se vivenciar, tem que ser recuperado por meio da filosofia da história [...].⁹⁶

A aceleração do tempo provoca o distanciamento de uma memória verdadeira, ou seja, associada à oralidade, a vivência e ao processo cíclico; daquela memória-histórica. Esta que, por assim dizer, proporcionou aos homens modernos uma remissão e/ou representação do passado.

[...] À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história [...].⁹⁷

Nesse sentido, o *Jornal do Commercio* procurou codificar nas páginas da edição comemorativa um perfil para a identificação pátria, vinculada a Independência do Brasil como o mito fundador da nacionalidade.

⁹⁶ Idem. *Ibidem*. p. 37.

⁹⁷ NORA, Pierre. Op. Cit. p. 15.

4. CONCLUSÃO

Durante o século XIX foi perceptível o trabalho tanto do Império como de intelectuais e de uma elite letrada em delinear os contornos de um mito de origem e de uma identidade nacional. No século XX, a busca de uma identificação coletiva para o país persistiria. O momento chave constituiu-se nas comemorações dos cem anos de vida independente brasileira, marcando um novo período para incorporar novos modelos que legitimariam uma consciência nacional. Uma nova identidade pátria deveria convergir em um esforço para compreender e impulsionar as condições de implantação da modernidade para o país. Correspondendo, assim, para a entrada do Brasil na conformidade com o desenvolvimento “civilizatório” do Primeiro Mundo.

Contudo, a identificação nacional focalizou-se em diversas concepções que variavam dentro dos próprios grupos, integrados por intelectuais, homens letrados e a elite dominante. Cada um buscava resgatar no passado as origens que delineavam a identidade brasileira no início do século XX. Usufruíram da imprensa como veículo facilitador para a divulgação de idéias e de um projeto de reconstrução da nacionalidade.

[...] Somente a consciência de uma identidade nacional, cristalizada em torno da história, língua e cultura comuns, somente a consciência de pertencer a uma mesma nação, faz com que pessoas distantes, espalhadas por vastos territórios sintam-se politicamente responsáveis uma pelas outras. Assim, os cidadãos passam a se ver como partes de um mesmo todo, não importa em que termos jurídicos abstratos esse todo seja constituído. Esse tipo de consciência nacional refere-se ao *Volksgeist*, o espírito singular da nação,

que foi cuidadosamente construído pelos intelectuais em termos de mitos românticos, narrativas e tradições literárias, e que passou a ser amplamente difundido pelos meios de comunicação de massa da época.⁹⁸

O *Jornal do Commercio* também percebeu nas comemorações do centenário uma oportunidade para construir uma história-memória que seria o correlato da História do Brasil. No período dos anos de 1822 a 1831, as notícias publicadas demonstram que o periódico selecionou em suas coleções reportagens vinculadas a uma história política. Destacou-se a vida cotidiana de D. Pedro I, suas decisões políticas, econômicas e o que circundava sua vivência cultural.

Como vimos, a identidade nacional proposta pelo jornal acoplava-se a uma memória-histórica fundada na idéia de um progresso constante da nacionalidade e uma imagem de continuidade. Conectando o ano da Independência — “mito fundador da nação brasileira” — como início de uma evolução que caminharia junto ao desenvolvimento da própria instituição imperial.

Percebemos que o ano de 1922 constituiria apenas o princípio para repensar a nação. Muitos acontecimentos futuros como 1930, 1945, 1964, 1989..., marcariam também um esforço por parte da intelectualidade, dos governantes, da elite dominante em compor uma unidade inexistente:

Os estados e as regiões, por um lado, e os grupos e as classes, por outro, vistos em conjunto e em suas relações mútuas reais, apresentam-se como um conglomerado heterogêneo, contraditório, disparatado. O que tem sido um dilema brasileiro fundamental, ao longo do Império e da República, continua a ser um dilema do presente: o Brasil se revela uma vasta desarticulação. O todo parece uma expressão diversa, estranha, alheia às partes. E estas permanecem diversa, estranha, alheia às partes. E estas

⁹⁸ HABERMAS, Jürgen. Op. Cit. p. 301-302.

permanecem fragmentadas, dissociadas, reiterando-se aqui ou lá, ontem ou hoje, como que extraviadas, em busca de seu lugar.⁹⁹

⁹⁹ IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 177.

5. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 Fontes

5.1.1 JORNAIS

Jornal do Commercio. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro, 1922.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1920.

5.1.2 REVISTA

A Exposição de 1922. Rio de Janeiro, 1922.

5.2 Literatura de época

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. 3ªed. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1990.

5.3 Artigos e Livros

ALMINO, João. “De Machado a Clarice: a força da literatura”. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARAÚJO, Valdeci L; MEDEIROS, Bruno F. “A história de Minas como história do Brasil”. *Revista do APM*. Ano XLIII, (1): 24-37, jan./jun. 2007.

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia a República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Tradução de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1954.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados — o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Os três povos da República”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Edusc, 2003.

_____. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

GELLNER, Ernest. “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, 156(388): 459-613, jul./set. 1995.

_____. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: da escola palatina ao silogeu (1889-1938)*. Rio de Janeiro, 1999.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (1): 05-27, 1988.

HABERMAS, Jürgen. “Realizações e limites do Estado Nacional europeu”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HARTOG, François. In _____. *Regimes d’historicité*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- IANNI, Octavio. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- _____. “Ante-sala do paraíso”, “vale das luzes”, “bazar de maravilhas” — *A Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. (Trabalho apresentado no Seminário “Cenários de 1922”, promovido pelo CPDOC).
- _____. *A nação faz cem anos: o centenário da Independência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. (Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1992).
- _____. *1922: em busca da cabeça do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994. (Trabalho apresentado no Seminário “70 anos da Coluna Prestes: 1924-94”, promovido pelo IFCS/UFRJ, 1994).
- NAGLE, Jorge. “A educação na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. História Geral da Civilização Brasileira. tomo III, vol.2. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. nº10. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (3): 03-15, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SMITH, Anthony D. “O nacionalismo e os historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo
Orientador

Prof. Dra. Helena Miranda Mollo

Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História

PARECER

A comissão Avaliadora, composta pelos professores Dr. Valdei Lopes de Araujo, Dra. Helena Miranda Mollo e Dr. Ronaldo Pereira de Jesus, da Monografia de Bacharelado de Júlia Ribeiro Junqueira, intitulada “A Independência como mito fundador nas comemorações do centenário: a formação de uma História-memória no *Jornal do Comercio* em 1922”, reunida no dia .../.../2008, às horas, no ICHS, resolveu conferir ao trabalho a nota (.....), à luz do seguinte parecer:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

.....
.....
.....

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Certifico que, ao(s) dia(s) do mês de de 2008, às, no ICHS, reuniu-se a Comissão Avaliadora designada para julgar a Monografia de Bacharelado de Júlia Ribeiro Junqueira, intitulada “A Independência como mito fundador nas comemorações do centenário: a formação de uma História-memória no *Jornal do Commercio* em 1922”, sendo a referida Comissão composta pelos professores Dr. Valdei Lopes de Araujo (orientador), Dra. Helena Miranda Mollo e Dr. Ronaldo Pereira de Jesus. A Comissão Avaliadora resolveu considerar o trabalho, à luz do seguinte parecer: “.....”
e, por ser verdade, eu,, secretária do Departamento de História, assino a presente Certidão.

Mariana, dede 2008

Secretária do DEHIS

Visto:

Chefe do DEHIS